



PLENÁRIA EM MANGARATIBA LANÇA PROJETO DE AUXÍLIO À PESQUISA

Outro assunto apresentado foi a etapa três do PDS Sepetiba que foca a construção de estratégias de desenvolvimento da Região Hidrográfica II

Leia mais, página 2. [Clique aqui.](#)

MS publica nova Portaria sobre potabilidade

Leia mais (p. 3) [Clique aqui.](#)

CERHI aprova Plano de Investimento

Leia mais (p. 4) [Clique aqui.](#)

Secretários debatem ICMS Verde

Leia mais (p. 6) [Clique aqui.](#)



Madalena Sofia, Rosa Formiga, Decio Tubbs, Julio Antunes e Antônio Xavier na mesa do evento

COMITÊ GUANDU REALIZA PRIMEIRA PLENÁRIA DO ANO

Mangaratiba recebeu, no dia 9 de fevereiro, a primeira reunião ordinária do Plenário do Comitê Guandu em 2012. Foi realizado o lançamento do projeto de Auxílio à Pesquisa para Elaboração de Estudos e aprovadas as resoluções referentes à ajuda de custo aos membros das organizações civis e aqueles que representam o Comitê, oficialmente, em fóruns ou para apresentar trabalhos ou estudos referentes ao Comitê Guandu.

A reunião aconteceu no Centro Cultural Cary Cavalcanti e, entre os assuntos discutidos, ganhou destaque a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba (PDS Sepetiba), que propõe uma série de ações para o desenvolvimento sustentável da Região Hidrográfica II. De acordo com Regina Maria de Araújo, da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE), o Plano de Desenvolvimento Sustentável está na etapa três - fase de construção das estratégias com foco nas diretrizes ambientais para a organização do território e de um sistema de gestão sustentável. “O PDS Sepetiba veio articular todos os atores que atuam na Bacia para consolidar os programas de investimentos”, ressalta Regina.

Estavam presentes os membros da Diretoria Colegiada do Comitê Guandu, Rosa Formiga, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Madalena Sofia, da Prefeitura de Barra do Piraí, Julio Cesar Antunes, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e Decio Tubbs, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além de Antônio Xavier, secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Mangaratiba, e representantes dos segmentos usuários, sociedade civil e governos Municipal e Estadual.

Na ocasião, Julio Cesar Antunes, ressaltou que o Projeto de Proteção e Melhoria das Captações de Fontes e Minas D'Água está com o Termo de Referência (TdR) finalizado. “O TdR deste Projeto está com a área jurídica da AGEVAP e, em breve, será divulgado o Ato Convocatório no site”, completa.

A segunda reunião do Plenário está agendada para abril, mês em que o Comitê Guandu completará 10 anos.

PROJETOS

Guandu lança edital para concessão de Auxílio Financeiro a Estudos e Pesquisas

O Comitê Guandu, por meio da Associação Pró-Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), torna público edital para a seleção de propostas, até dia 10 de março, para a concessão de auxílio financeiro ao orientador-pesquisador para execução de trabalhos técnicos e científicos relacionados à Bacia do Rio Guandu. São mais de 220 mil reais para fomentar a realização de estudos para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso de graduação, especialização e outras modalidades de estudos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, cuja temática esteja relacionada às áreas de Recursos Hídricos e Meio Ambiente na área de atuação do Comitê Guandu.

O Edital completo e os anexos encontram-se disponíveis no link: www.comiteguandu.org.br

BRASIL POSSUI NOVA PORTARIA DE POTABILIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

O Ministério da Saúde (MS) publicou, em dezembro, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 2.914/2011 que dispõe sobre os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e padrão de potabilidade.

A Portaria institui as diretrizes, competências e responsabilidades dos órgãos públicos e dos prestadores de serviço de saneamento, estabelecendo o padrão de potabilidade e os planos de amostragem para o controle de qualidade da água usada para consumo humano, destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal.

A legislação é resultado do processo de discussão para revisão da Portaria do MS nº 518/2004, realizado entre 2009 e 2011, sob a coordenação do departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). A revisão foi realizada com o auxílio de um grupo de trabalho composto pelo setor de saúde, instituições de ensino e pesquisa, associações das empresas de abastecimento de água, órgãos de meio ambiente e recursos hídricos, entre outros. “A implementação da Portaria visa atender às premissas do MS na busca pela prevenção e controle dos agravos à saúde provocados pelas doenças de transmissão hídrica”, explica a coordenadora do VIGIAGUA de Brasília, Mariely Daniel.

Segundo Mariely, os Comitês de Bacias podem auxiliar na busca por uma melhor qualidade da água, atuando cada vez mais na preservação dos recursos hídricos, sobretudo dos mananciais de abastecimento, incluindo ações de preservação de nascentes, manutenção de matas ciliares, combate ao lançamento de efluentes (domésticos e industriais) sem o devido tratamento em cursos d’água, por exemplo. “Além disso, desenvolver projetos de educação ambiental com o objetivo de buscar maior conscientização da população sobre a importância da qualidade da água a ser consumida”, completa.

De acordo com um dos técnicos do VIGIAGUA, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Márcio Bandeira, a Portaria amplia a lista de definições fundamentais para a formação técnica de quem realiza o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano. “Este é um dos avanços que auxilia a padronização do serviço”, acrescenta.

Outro destaque é a presença de novas entidades responsáveis pelo monitoramento da qualidade da água, como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). “Isso amplia a população a ser atendida”, ressalta Márcio.

“A Portaria reforça a relação entre o setor saúde e os responsáveis pelas Estações de Tratamento (Sistema de Abastecimento de Água – SAA) e define que as soluções alternativas coletivas, que são a captação, o armazenamento e o tratamento de água para distribuição em determinada região que não tenha água distribuída por uma concessionária, como a CEDAE, tenham autorização da entidade municipal de saúde para fornecimento de água para o consumo humano. Isso oferece mais segurança aos consumidores”, conclui o técnico.

As novas regras já estão em vigor e revogam a Portaria do MS nº 518, de 25 de março de 2004. Veja a íntegra da Portaria do MS nº 2.914/2011 acessando o site do [Ministério da Saúde](#).



PLANO DE INVESTIMENTO DO CBH GUANDU É APROVADO PELO CERHI

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ), instituído pela Lei nº 3.239/99, aprovou a Resolução nº 70 sobre o Plano de Investimento do Comitê Guandu. Os recursos disponíveis em 2011 no Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), na subconta da região hidrográfica II – Guandu, foram direcionados para os seguintes projetos: Análise de Risco e Plano de Contingência, Capacitação e Apoio para o Monitoramento e Controle de Queimadas, Atualização e Ampliação do Plano de Bacia, Pesquisa e Estudos em Recursos Hídricos e Programas em Saneamento. Além de operacionalização da secretaria executiva do CBH Guandu através do Contrato de Gestão nº 03/10, no segundo ano de vigência.

Confira o detalhamento das ações e dos investimentos:

Fonte CERHI-RJ

Ações	Valor inicial	Valor complementar	Total aprovado
Estudo para análise de risco e plano de contingência	R\$ 278.891,44 CERHI- RJ nº 22 de 26.09.2007	R\$ 800.000,00	R\$ 1.078.891,44
Capacitação e apoio para o monitoramento e controle de queimadas	R\$ 287.454,80 CERHI - RJ nº 33 de 30.07.2008 e nº 40 de 30.09.2009	R\$ 100.000,00	R\$ 387.454,80
Atualização e ampliação do plano de bacia	R\$ 200.000,00 CERHI - RJ nº 33 de 30.07.2008 e nº 40 de 30.09.2009	R\$ 500.000,00	R\$ 700.000,00
Ações complementares por decisão da diretoria colegiada	R\$ 399.121,65 CERHI - RJ nº 33 de 30.07.2008	R\$ 126.146,00	R\$ 525.267,65
Contrato de Gestão nº 03/10	R\$ 1.711.652,00 CERHI- RJ nº 50 de 28. 07. 2010	R\$ 1.499.992,00	R\$ 3.211.644,00
Programas em saneamento	R\$ 2.500.000,00 CERHI- RJ nº 59 de 16. 03. 2011	R\$ 9.259.182,06	R\$ 11.759.182,06
Pesquisa e estudos em Recursos Hídricos	-	R\$ 1.053.326,26	-
Total	-	R\$ 13.338.646,32	R\$ 17.662.439,95
Saldo previsto 2011 → R\$ 18.061.794,49			

RIO DE JANEIRO CONTRATA PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Estado do Rio de Janeiro acaba de contratar o seu primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para a conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos.

Além de contribuir para a consolidação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, o Plano busca compatibilizar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade com os seus diversos usos, atuais e futuros, mapear a ocorrência e a extensão de eventos hidrológicos extremos, e outros riscos associados à depreciação da qualidade das águas, sobretudo em áreas urbanas.

Este Plano possui um caráter diferenciado desde sua concepção, contando com o apoio e a participação das entidades integrantes do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos e adotando, como esfera de acompanhamento, pactuação e mobilização social, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ).

Outro ponto de destaque é sua abordagem orientada por Temas Técnicos Estratégicos. A partir da experiência de diversos especialistas e do órgão gestor de recursos hídricos, foram definidos sete temas estratégicos para a gestão das águas no estado: estudos hidrológicos e vazões extremas; avaliação da rede quali-quantitativa para a gestão e proposta de pontos de controle para bacias estratégicas; mapeamento de áreas vulneráveis a eventos críticos extremos; avaliação de fontes alternativas de abastecimento para a RMRJ; impactos sinérgicos dos aproveitamentos hidrelétricos; avaliação do potencial hidrogeológico dos aquíferos; e avaliação da intrusão salina.

Segundo a Diretora de Gestão das Águas e do Território (DIGAT), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Rosa Formiga (*foto*), esta iniciativa é um importante passo para o aperfeiçoamento da gestão das águas em território fluminense. “O Estado do Rio de Janeiro está estabelecendo metas quali-quantitativas para os recursos hídricos, buscando a premissa da pactuação e o comprometimento entre os diferentes setores com rebatimento sobre as águas, para garantir efetividade e eficiência na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos”, conclui.

A finalização do Plano está prevista para março de 2013 e seu principal produto será o delineamento de uma série de programas, projetos e ações para um horizonte de 20 anos, com o respectivo plano de investimentos.

Colaboração - Diretoria de Gestão das Águas e do Território (DIGAT), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)



DICA DE LAZER

Água no Museu Histórico Nacional

Em cartaz, até 22 de março, a exposição *Água* que trata da relação entre a água e o planeta, enfatiza o que essa substância representa para o Brasil e sua população, detentores do maior manancial aquífero do planeta. A mostra aborda, entre outras questões, os problemas relacionados à qualidade e à disponibilidade da água na sociedade e nos ecossistemas, e sugere ações para seu uso sustentável. A exposição também chama a atenção para as diversas maneiras de utilização dos recursos hídricos. Mais informações no site: www.exposicaoagua.com.br

FÓRUM DOS SECRETÁRIOS DEBATE ICMS VERDE

Encontro permite trabalho integrado entre os municípios que compõem a bacia

No dia 23 de janeiro foi realizado, em Paracambi, o terceiro encontro do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Região Hidrográfica II - Guandu, um espaço de discussão com objetivo de integrar os 15 municípios que compõem o Comitê Guandu para debater sobre a aplicação dos recursos financeiros e as ações necessárias para a preservação dos recursos hídricos na bacia.



Lucas de Moura (SEA) explica o ICMS Verde

O Fórum foi aberto pelo prefeito de Paracambi, Tarciso Pessoa, que apresentou um vídeo sobre o município e disse que todos devem trabalhar em conjunto para alcançar uma melhora no meio ambiente das demais regiões que compõem a bacia. “Um município com bom desenvolvimento ambiental não consegue sozinho preservar seus recursos naturais. O Fórum promove a integração, um auxiliando ao outro, para avançarmos nas questões ambientais. Este espaço permite um trabalho interligado e isso é muito importante para melhorar o meio ambiente”, concluiu o prefeito.

O tema principal do encontro foi ICMS Verde, apresentado pelo coordenador da Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), Lucas de Moura, que explicou quais são os critérios estaduais de distribuição do

ICMS, incluindo os critérios de conservação ambiental. Ele também mostrou como é composto o ICMS Verde. “Os recursos são divididos da seguinte maneira: 45% para Unidades de Conservação; 30% para qualidade da água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos”, destacou. Foram debatidos, também, assuntos relacionados ao desenvolvimento do Projeto de Fontes e Minas d’Água e uma proposta de criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais dentro da Bacia (PRO-PSA), com objetivo de contribuir para a conservação e restauração ambiental.

Participaram do evento o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, o secretário executivo, Julio Cesar Antunes, e a diretora Madalena Sófia Ávila. Além de Fátima Casarin, da SEA e de representantes e secretários de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Seropédica, Nova Iguaçu, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Rio Claro, Mendes, Japeri, Barra do Pirai, Pirai, Paracambi e Itaguaí.

O próximo encontro dos Secretários de Meio Ambiente será em Barra do Pirai, no dia 29 de março.



40 participantes acompanharam a apresentação

ICMS VERDE BENEFICIA MUNICÍPIOS E MEIO AMBIENTE

O ICMS Verde é uma compensação financeira que a prefeitura recebe por preservar áreas que integram unidades de conservação federais, estaduais e municipais em seu território. A lei do ICMS Verde estabelece novas regras para o repasse do recurso aos municípios, determinando o aumento de arrecadação para as cidades que investem na qualidade da água, tratamento de lixo e preservação de florestas.

Para receber os recursos oriundos do ICMS Verde, os municípios devem dispor do Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um fundo de meio ambiente, além de guarda ambiental. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas: quanto melhores os indicadores, mais recursos as prefeituras recebem. A cada ano, os índices são recalculados dando oportunidades para os municípios que investiram em conservação ambiental aumentarem sua participação no repasse de ICMS. Para saber mais, acesse o site do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Confira a posição dos 15 municípios da bacia no ranking do ICMS Verde:

Fonte SEA

Município	Rank - dentro da Bacia	Rank - dentro do Estado	Total (R\$)	Unidades de Conservação	UC's municipais	Coleta e tratamento de Esgoto	Mananciais de Água	Destino de Lixo	Remediação dos Lixões
Rio Claro	1	2	7.223.883	1.170.452	422.556		4.360.291	903.441	367.143
Nova Iguaçu	2	4	5.984.527	2.853.019	1.024.207	111.082		1.445.505	550.714
Rio de Janeiro	3	12	4.290.806	1.453.988	449.847	1.565.224		271.032	550.714
Miguel Pereira	4	15	3.861.911	636.066	41.815	1.514.315	1.669.715		
Pirai	5	21	2.879.705	88.466	3.254	135.754	1.384.531	1.084.129	183.571
Paracambi	6	30	2.289.572	715.528	508.154	448.221	253.409	180.688	183.571
Mangaratiba	7	32	2.143.434	1.842.937		300.497			
Queimados	8	56	890.599	61,2	10.948	50.527		767.924	
Barra do Pirai	9	61	782.182	3.788	6.168	14.578	209.817	180.688	367.143
Eng Paulo de Frontin	10	66	535.341	208.399			326.942		
Mendes	11	73	394.442	70.724	17.985		305.733		
Japeri	12	79	211.661	128.158	32.054	1.696	49.753		
Itaguaí	13	81	158.704	158.704					
Vassouras	14	85	75.148	7.484			67.664		
Seropédica	15	86	70.852	70.852					

Nota: estimativa de distribuição de ICMS oriunda da minuta da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Secretaria de Fazenda)

Expediente

O Boletim Digital "NAS ÁGUAS DO GUANDU" é uma publicação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, Guarda e Guandu Mirim - CBH Guandu BR 465, km 7, Campus da UFRRJ - Prefeitura Universitária - Seropédica(RJ) CEP: 23890-000 - Tel: (21) 3787-3729 - www.comiteguandu.org.br / guandu@agevap.org.br



Diretor-Geral: Decio Tubbs
 Secretário Executivo: Julio Cesar Antunes
 Acompanhamento e Revisão: Hendrik Mansur, Andrea Sundfeld Penido e Luís Felipe Cunha
 Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP - Est. Resende-Riachuelo, 2.535 - AEDB - 4º and. Morada da Colina - Resende - CEP: 27523-000 - Tel: (24) 3355-8389

www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br
 Fotos: Arquivo CBH Guandu
 Projeto Gráfico, Produção Editorial/Gráfica, Fotos, Reportagens, Redação e Revisão: Assessoria de Comunicação do CBH Guandu
 Montenegro Grupo de Comunicação - Tel: (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br
comunicacao.guandu@agevap.org.br